**ATA Nº 05/2023**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

---------- Aos dezoito do dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da segunda secretária, senhora Maria Cristina de Oliveira Saavedra e restantes membros, senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, Francisco José da Costa Ferreira, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Jorge Fernando Silva e Sousa, Óscar de Pinho Brandão, Alda Duarte Portugal, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida, e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde.------

---------- Estiveram também presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho e Maria Helena Pinto Rodrigues. ----------

---------- Faltaram os senhores Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Maria de Fátima Rodrigues Fonseca, Jonathan Gonzalez Y Ribeiro, Rui Vilar Gomes e José Maria de Oliveira Ribeiro. ----------

---------- Pelas vinte e uma horas e dez minutos o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e cumprimentou todos os presentes.----------

---------- Em seguida, foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

---------- 1. Período de intervenção dos senhores munícipes ----------

---------- 2. Grandes opções do plano – 3ª revisão ----------

---------- 3. Orçamento – 3ª revisão ----------

---------- 4. Parque da saúde de Arouca – expropriação de terreno – declaração de utilidade pública

---------- 5. Processo n.º 93/2021 – reconhecimento de interesse ----------

**----------1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------**

---------- Não houve intervenções. ----------

**----------2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 3.ª REVISÃO: ----------**

**----------3 – ORÇAMENTO – 3.ª REVISÃO:----------**

**18.10.2023**

---------- Relativamente aos pontos 2. e 3. foram analisados juntos, tendo o senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedido a palavra à senhora Presidente da Câmara que depois de cumprimentar todos, esclareceu alguns aspetos referentes a estes dois pontos. Referiu que foi necessário introduzir duas novas rúbricas para ser possível a intervenção na Escola Básica e Secundária de Escariz e a criação do Parque de Saúde de Arouca. ----------

---------- Interveio o senhor **Luís Almeida** que começou por cumprimentar todos os presentes, e questionou qual a diferença entre a Saúde e os Serviços Individuais de Saúde, e qual o terreno que está em causa na rúbrica à volta de 40.000€. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou os esclarecimentos pedidos, respondendo que o terreno em causa é o do ponto n.º 4 da Ordem de Trabalhos. ----------

---------- Não havendo outras intervenções, foram as Revisões às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento colocadas à votação, por braço no ar, tendo sido aprovadas por maioria com dois votos contra e uma abstenção. ----------

---------- O senhor Luís Almeida e o senhor Pedro Bastos fizeram declaração de voto. O senhor Pedro Bastos referiu que o voto ia no sentido de não conseguir ainda ter uma opinião quanto aos presentes pontos, estando estes pontos e o n.º 4 interligados. O senhor Luís Almeida referiu que o voto contra era devido à diferença entre o valor atribuído à avaliação e o valor da transmissão nas GOP, e que a compra do terreno já estava prevista no orçamento. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou mais alguns esclarecimentos, dizendo que no orçamento há centenas de rúbricas e, apesar de nas GOP estarem já presentes estas obras, as rúbricas necessárias não estavam consideradas. -

**---------- 4 – PARQUE DA SAÚDE DE AROUCA – EXPROPRIAÇÃO DE TERRENO – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA: ----------**

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve explanação sobre este assunto, e referiu que durante um largo período de tempo foi tentado o acordo, mas que não foi possível atingi-lo. Referiu ainda que estas candidaturas são complexas e que é necessário tomar posse do terreno e expropriá-lo, caso contrário não será possível avançar com a mesma no âmbito do PRR. Ressalvou ainda que a proposta já tinha sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. ----------

---------- Sobre este assunto, interveio o senhor **Artur Miler**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que considera lamentável ser necessário o recurso ao procedimento, desejando, o

PSD, que tivesse sido alcançado um acordo com o proprietário. Referiu, ainda que a bancada do PSD vai votar favoravelmente, mas disse que espera que o projeto seja concretizado e que vá ao encontro das reais necessidades dos arouquenses, transformando-se este num espaço condigno face às responsabilidades que o município passou a deter no âmbito da delegação de competências. Relembrou um artigo da sua autoria onde refere a premência e a necessidade de um novo Centro de Saúde em Arouca e em duas sessões da Assembleia Municipal. Referiu ainda que, aquando da campanha de proximidade feita nas últimas eleições, foi possível perceber que muitos arouquenses referiam também esta necessidade, por ser um edifício lotado e com falta de condições, não podendo o mesmo ser alargado. Por fim, referiu ainda que este projeto, acompanhado pela extensão da Unidade de Saúde de Escariz (pretensão já há muito apontada pelo PSD) são condição base para um município mais bem preparado para o futuro. ----------

---------- Seguiu-se o senhor **Luís Almeida** que questionou o que é que vai acontecer ao Centro de Saúde já existente, e se terá implicações noutras freguesias. E questionou também o porquê do local, referindo o PDM, onde a obra vai ser realizada, sendo que o mesmo está perto de uma linha de água e sem grande exposição solar, onde vai ser necessário um maior número de despesas, nomeadamente com o aquecimento do local. Referiu ainda, tendo em conta a obra a ser realizada, que o mesmo deveria ser colocado num local mais nobre da vila de Arouca e não num canto da mesma. Mostrou alguma preocupação no acesso ao mesmo em dias de feira, e nas obras de arruamento teriam de ser feitas para a passagem até ao edifício. Questionou ainda se os terrenos vizinhos irão ficar mais valorizados com a obra, se poderão vir a ser terrenos para construção no futuro, novamente referiu o PDM e o porquê de não se discutir esta questão aquando do PDM, para que pudesse ser considerado um local melhor. Questionou ainda o porquê de se comprar um terreno a custo de Reserva Agrícola Nacional e quando depois se vai valorizar o terreno construindo-se um edifício no mesmo. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que referiu que ninguém vai ser beneficiado. Referiu que a discussão do PDM estará para breve. Disse ainda que houve a preocupação de considerar outros locais e que o local proposto não é num canto da vila de Arouca, mas sim na entrada da mesma, com um parque de estacionamento associado. Referiu ainda que irá ser um projeto que dignifica a saúde. ----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor **Luís Almeida** que referiu que trouxe questões, e que considera que há sempre espaço para melhorias para a saúde, mas é necessário analisar se o edifício que está a ser pensado agora não será, daqui a 20 anos, igual ao que existe já, ou seja, um edifício que não pode ser alargado. Questionou ainda que tipo de valências é que o edifício irá ter. ----------

**18.10.2023**

---------- A senhora Presidente da Câmara respondeu que este é um edifício que não vai condicionar a evolução futura do Parque da Saúde, e referiu que o que está em causa é uma candidatura, que carece da posse do terreno para que haja, efetivamente, um Parque da Saúde de Arouca. ----------

---------- Em seguida interveio o senhor **Pedro Bastos**, referindo que acredita no Parque da Saúde de Arouca, mas que considera que este parque foi uma desilusão aquando da análise de documentos, isto porque, para si um Parque da Saúde é um espaço onde se agregam as várias valências da área da saúde, e não a fragmentação da saúde, conseguindo-se assim duplicar os esforços, equipamentos e custos funcionais das várias unidades. Assim, quanto à localização do Parque, questionou a senhora Presidente da Câmara se foram estudados outros locais próximos do Centro de Saúde, referindo os campos a norte do mesmo, tendo em consideração que estes têm a mesma forma e a mesma área do terreno em causa. Quanto ao documento, questionou o que será feito das extensões de Alvarenga, Chave e Rossas, e se estas irão continuar a existir, e se sim, se irão ser feitas obras de requalificação das mesmas. Questionou ainda qual o crescimento dos custos para a autarquia deste edifício, sendo que o mesmo arrasta consigo a necessidade de novos recursos, serviços e equipamentos. Quanto à Unidade Local de Saúde, questionou quais as mudanças que este irá trazer, e se não seria melhor aguardar por esta para perceber o que pode e deve ser feito a seguir, concentrando-se o município, para já, noutras questões, tais como: reforços nos meios humanos e técnicos, por exemplo, mais médicos de família, o raio x e o técnico 24h para evitar avarias constantes, a falta de técnicos para análises. Por fim, questionou a senhora Presidente da Câmara se o município não está a seguir o mau exemplo do governo no que diz respeito à saúde, e a definir mal as prioridades da saúde. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclareceu e disse que o local foi a melhor opção, tendo o município explorado outras soluções. Reforçou ainda que este projeto já foi validado pela ARS com um mapa funcional também aprovado para ARS, após várias alterações, e o terreno estará disponível para que o Parque da Saúde possa vir a ter reformulações e aumentos no futuro, caso seja necessário. Referiu ainda que as obras de Chave serão feitas. Quanto ao raio X, disse que gostaria que já existisse um novo, mas a ARS tem de respeitar a contratação pública e, por isso, ainda não foi possível a aquisição. Quanto à ULS, referiu que esta irá trazer maior proximidade e maior integração dos serviços da área da saúde. ----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor **Pedro Bastos**, que questionou se tinha sido tido em conta e qual seria, caso haja, o aumento dos custos da repartição da saúde, exemplificando os custos: viaturas, lavandaria, limpeza, deslocações. Relativamente ao terreno, questionou se o terreno fosse da própria senhora Presidente da Câmara, se a mesma o vendia pelo preço que ofereceu. ----------

---------- A senhora Presidente da Câmara respondeu que o valor das aquisições não é definido por esta, mas sim por auditor certificado que avaliou os terrenos. Referiu ainda que foi até ao limite do que foi possível, e não havendo acordo, serão os tribunais a definir o valor a pagar. ----------

---------- Voltou novamente a pedir a palavra o senhor **Pedro Bastos**, que referiu o descontentamento da postura da senhora Presidente da Câmara quanto às intervenções feitas na Assembleia Municipal. ----------

---------- Interveio o senhor **Afonso Portugal**, que referiu que devemos todos aceitar as críticas que são feitas pelos outros, e que é necessário ter em atenção o que está a ser discutido. Esclareceu ainda que o interesse público se sobrepõe ao interesse particular, e que o avaliador é nomeado pelo Tribunal da Relação do Porto e esse é que irá definir um valor, não devendo a senhora Presidente da Câmara oferecer mais do que o valor definido pelo perito. Referiu ainda que quando as duas partes não chegam a acordo então, serão os tribunais a determinar o valor final. Por fim, referiu que toda a gente deve ter em atenção onde se encontram e que não devem ser levantadas suspeitas ou insinuações. ----------

---------- Seguidamente pediu a palavra o senhor **Luís Almeida**, referindo que não insinuou, durante a sua intervenção, nada e que pôs apenas questões relativas ao tema. ----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor **Pedro Bastos**, referindo que pôs questões claras e pertinentes em relação ao tema "saúde", e que deu uma opinião relativamente ao valor, que considerou baixo, e que é possível ir-se além do que foi avaliado, para haver um equilíbrio entre as duas partes. ----

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que prestou mais alguns esclarecimentos, dizendo que durante todo o processo de negociação o município tentou e foi além daquilo que foi a avaliação, tendo sido proposto permutas de terrenos que seriam, na sua opinião, vantajosas. Garantiu que tudo foi feito para garantir a concretização do negócio.

---------- Finalmente e sobre este assunto, interveio o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que fez um esclarecimento quanto ao tema da expropriação e da justa indemnização, sendo este último um princípio muito discutível. Referiu ainda que um terreno/solo apto para construção não tem, nos casos da expropriação, de ser assim identificado no PDM para que seja um fator importante para a avaliação, tendo apenas de ter um conjunto de requisitos definidos pelo Código das Expropriações. Referiu ainda que o município pode negociar, mediante a avaliação, um valor que entenda que seja justo. Por fim, disse ainda que considera que este não será o valor final a ser pago pelo município. ----------

---------- Não havendo outras intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com quatro votos contra, com declaração de voto do senhor Luís Almeida que referiu que o voto se prende com a localização; o senhor Pedro

Bastos que referiu que o voto se prende com as dúvidas que mencionou, relativamente à repartição de meios, despesas, e se o funcionamento será o melhor e mais adequado; e Pedro Vieira que adere à declaração de voto de Pedro Bastos e acrescenta o princípio da justa indemnização.----------

---------- **5 – PROCESSO N.º 93/2021 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE:----------**

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara, que referiu que o mesmo diz respeito a um pedido de reconhecimento de interesse público municipal, e que este reúne todos os pressupostos em termos de reconstrução e ampliação para uma habitação de turismo/espaço rural em Fermedo, e tem o aval de todas as entidades, nomeadamente da REN e da CCDR. ----------

---------- Não havendo intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA**: ----------

---------- Posta à votação, por braço no ar, a Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 22 horas e 15 minutos. ----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cristina Saavedra, que a redigi e a subscrevo. -------